



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ




CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO
MUNICÍPIO DE LOULÉ

Handwritten signatures in purple ink.

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

(de acordo com o disposto no art.º 148.º do CCP)

 	<p align="center">CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ</p>
<p align="center">CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ</p>	

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. Considerações Gerais

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 09.12.2016, foi autorizada a abertura de concurso público, a realização da despesa previsível, o processo de concurso, e a nomeação do seguinte júri do concurso:

EFETIVOS

Presidente: Pedro Ventura

1.º Vogal: Anabela Camilo

2.º Vogal: Célia Brás

SUPLENTE

1.º Vogal: José Manuel Martins

2.º Vogal: Paul Camilo

No entanto, em 21-12-2016 12:40, e na impossibilidade de existir quórum aquando do período de resposta a esclarecimentos, foi solicitada alteração do Júri ficando da seguinte forma:

EFETIVOS

Presidente: Pedro Ventura

1.º Vogal: Anabela Camilo

2.º Vogal: Célia Brás

SUPLENTE

1.º Vogal: José Manuel Martins

2.º Vogal: Paula Silvestre

O objecto do contrato consiste na contratação de serviços de manutenção de espaços verdes no Município de Loulé, no âmbito das actividades desenvolvidas pela Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, cujo preço base é de 168.693,12€ (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

De acordo com o anúncio do concurso, publicado na II Série do Diário da República n.º 239, de 15 de dezembro de 2016 e prorrogação na II Série do Diário da República n.º 18 de 26 de janeiro de 2017, os documentos da proposta deviam ser apresentados na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov>, até às 21:00 horas do 25º dia a contar da data do envio do respetivo anúncio para publicação e posteriormente republicação.

RS
A
B

2. Abertura de Propostas

No dia 09 de janeiro de 2017, pelas nove horas, reuniu o júri do concurso constituído, pelo Chefe de Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, Pedro Miguel Gonçalves Ventura, que presidiu, e pelas Técnicas Anabela Afonso Ribeiro Martins Camilo e Célia Fernandes Brás primeiro e segundo vogal efetivos, respetivamente, para proceder à abertura das propostas do Concurso Público.



Apresentaram propostas as seguintes entidades:

Quadro I – Lista de Concorrentes

Ordem de Receção	Concorrentes
1.º	CONSJARDIM, Unipessoal, Lda.
2.º	STRAIGHT SERVICES, Lda.
3.º	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.
4.º	PERENE, S.A.
5.º	Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.
6.º	ECOAMBIENTE, S.A.
	C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda.
7.º	Vibeiras, S.A.
8.º	VASCO JOSE GUERREIRO VIRGILIO
9.º	MARTINS GAGO & Filhos, Lda.
10.º	Paulo Jorge Vester Neves Faria
11.º	Arquijardim, S.A.
12.º	LUSIFOR – SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, Lda.
13.º	FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.
14.º	GREENSEASON, UNIPessoal, Lda.

3. Análise das Propostas Apresentadas

3.1 Exame Formal dos Documentos

 	CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ	

RS
A
B

No dia 09 de janeiro de 2017, pelas dez horas, reuniu o júri do concurso constituído, pelo Chefe de Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, Pedro Miguel Gonçalves Ventura, que presidiu, e pelas Técnicas Anabela Afonso Ribeiro Martins Camilo e Célia Fernandes Brás primeiro e segundo vogal efetivos, respetivamente, para proceder ao exame formal dos documentos que constituem as propostas apresentadas a concurso, bem como à análise destas face aos critérios de análise das propostas definido no programa de concurso, sendo que foi elaborado o relatório preliminar de análise das propostas.

No referido relatório preliminar de análise das propostas o júri do concurso propôs:

a) Exclusão de Concorrentes

a.1) Lote 1 - Loulé



CONCORRENTE N.º 1 – CONSJARDIM, Unipessoal, Lda.
 CONCORRENTE N.º 2 – STRAIGHT SERVICES, Lda.
 CONCORRENTE N.º 4 – PERENE, S.A.
 CONCORRENTE N.º 5 – Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.
 CONCORRENTE N.º 11 – Arquijardim, S.A.
 CONCORRENTE N.º 14 – GREENSEASON, UNIPESSOAL, Lda.

a.2) Lote 2 - Quarteira

CONCORRENTE N.º 1 – CONSJARDIM, Unipessoal, Lda.
 CONCORRENTE N.º 2 – STRAIGHT SERVICES, Lda.
 CONCORRENTE N.º 4 – PERENE, S.A.
 CONCORRENTE N.º 5 – Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.
 CONCORRENTE N.º 10 – Paulo Jorge Vester Neves Faria
 CONCORRENTE N.º 11 – Arquijardim, S.A.
 CONCORRENTE N.º 14 – GREENSEASON, UNIPESSOAL, Lda.

a.3) Lote 3 - Almancil

CONCORRENTE N.º 1 – CONSJARDIM, Unipessoal, Lda.

 	<p align="center">CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ</p>
<p align="center">CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ</p>	

PA
A
B

CONCORRENTE N.º 4 – PERENE, S.A.
 CONCORRENTE N.º 5 – Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.
 CONCORRENTE N.º 11 – Arquijardim, S.A.
 CONCORRENTE N.º 14 – GREENSEASON, UNIPessoal, Lda.

a.4) Lote 4 - Interior

CONCORRENTE N.º 1 – CONSJARDIM, Unipessoal, Lda.
 CONCORRENTE N.º 2 – STRAIGHT SERVICES, Lda.
 CONCORRENTE N.º 4 – PERENE, S.A.
 CONCORRENTE N.º 5 – Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.
 CONCORRENTE N.º 11 – Arquijardim, S.A.
 CONCORRENTE N.º 14 – GREENSEASON, UNIPessoal, Lda.

b) Ordenação das Propostas para efeitos de Adjudicação

Para efeitos de Adjudicação propõe-se o ordenamento das propostas (admitidas) indicado no quadro II, por Lote.

QUADRO II – Ordenação das Propostas para efeitos de Adjudicação

LOTE 1 - Loulé			
Ordem Propostas	Ordem receção	Concorrente	Preço Total
1.º	6.º	ECOAMBIENTE, S.A.	61.025,44€
		C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda.	
2.º	8.º	VASCO JOSE GUERREIRO VIRGILIO	61.440,00€
3.º	7.º	Vibeiras, S.A.	71.999,36€
4.º	9.º	MARTINS GAGO & Filhos, Lda.	73.952,00€
5.º	12.º	LUSIFOR – SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, Lda.	71.994,40€
6.º	13.º	FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.	75.092,48€
7.º	3.º	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	75.816,96€



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ

24
*

LOTE 2 - Quarteira			
Ordem Propostas	Ordem receção	Concorrente	Preço Total
1.º	6.º	ECOAMBIENTE, S.A. C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda.	12.800,00€
2.º	9.º	MARTINS GAGO & Filhos, Lda.	12.896,00€
3.º	8.º	VASCO JOSE GUERREIRO VIRGILIO	12.960,00€
4.º	10.º	Paulo Jorge Vester Neves Faria	13.600,00€
5.º	7.º	Vibeiras, S.A.	12.800,00€
6.º	3.º	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	15.640,96€
7.º	12.º	LUSIFOR – SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, Lda.	15.999,20€

LOTE 3 - Almancil			
Ordem Propostas	Ordem receção	Concorrente	Preço Total
1.º	6.º	ECOAMBIENTE, S.A. C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda.	38.073,76€
2.º	9.º	MARTINS GAGO & Filhos, Lda.	38.080,00€
3.º	8.º	VASCO JOSE GUERREIRO VIRGILIO	38.400,00€
4.º	2.º	STRAIGHT SERVICES, Lda.	37.984,00€
5.º	12.º	LUSIFOR – SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, Lda.	45.593,60€
6.º	13.º	FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.	47.033,12€
7.º	3.º	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	47.503,68€
8.º	14.º	GREENSEASON, UNIPessoal, Lda.	42.432,00€

 	CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ	

RA
★
B

LOTE 4 - Interior			
Ordem Propostas	Ordem receção	Concorrente	Preço Total
1.º	9.º	MARTINS GAGO & Filhos, Lda.	23.088,00€
2.º	8.º	VASCO JOSE GUERREIRO VIRGILIO	23.360,00€
3.º	3.º	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	24.936,96€
4.º	6.º	ECOAMBIENTE, S.A.	27.792,00€
		C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda.	
5.º	12.º	LUSIFOR – SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, Lda.	27.998,40€

c) Proposta de Adjudicação

De acordo com o quadro II, propõe-se que a adjudicação do contrato de serviços de manutenção de espaços verdes públicos em causa se efetue da seguinte forma:

Lote 1 - Loulé

Concorrente n.º 6 – ECOAMBIENTE, S.A. / C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda., pelo valor de 61.025,44€ (sessenta e um mil e vinte e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) nos termos da proposta apresentada.

Lote 2 - Quarteira

Concorrente n.º 6 – ECOAMBIENTE, S.A. / C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda., pelo valor de 12.800,00€ (doze mil e oitocentos euros) nos termos da proposta apresentada.

Lote 3 - Almancil

Concorrente n.º 06 – ECOAMBIENTE, S.A. / C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPessoal, Lda., pelo valor de 38.073,76€ (trinta e oito mil e setenta e três euros e setenta e seis cêntimos) nos termos da proposta apresentada.

Lote 4 – Interior

Concorrente n.º 9 – MARTINS GAGO & Filhos, Lda., pelo valor de 23.088,00€ (vinte e três mil e oitenta e oito euros) nos termos da proposta apresentada.

 	<p style="text-align: center;">CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ</p>
<p style="text-align: center;">CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ</p>	

RS
A
S

4. Audiência de Interessados

Assim, de acordo com o disposto no artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, decorreu a audiência de interessados, tendo-se procedido à notificação dos concorrentes através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: www.saphety.com.

O prazo para os concorrentes se pronunciarem, por escrito, decorreu até ao dia 2 de março de 2017, tendo sido apresentada uma reclamação por parte do **concorrente n.º 2 - STRAIGHT SERVICES, Lda.**, conforme documento em anexo.

Após análise da reclamação concluiu o júri o seguinte:

- O órgão competente pela decisão de contratar é o Município de Loulé, aliás, tal como publicado em Diário da Republica no anúncio com endereço eletrónico: <https://dre.pt/application/conteudo/105367426>;
- Foram apresentadas listas de erros e omissões por alguns interessados nos termos do art.º 61.º do Código dos Contratos Públicos;
- Da análise a essas listas resultou a alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, nomeadamente no que se refere aos fatores e subfatores que densificam o critério de avaliação, nos termos do art.º 75.º do Código dos Contratos Públicos;
- A lista de erros e omissões aceites deverá ter sido aprovada pelo Município de Loulé nos termos do n.º 4 do art.º 61.º do Código dos Contratos Públicos;
- Nos termos do n.º 2 do art.º 64.º o Município de Loulé, enquanto órgão competente pela decisão de contratar, terá igualmente decidido sobre a prorrogação de prazo para apresentação de propostas;
- Nos termos do mesmo número e artigo, tal decisão foi publicada em Diário da Republica no endereço eletrónico: <https://dre.pt/application/conteudo/105815366>;
- No que respeita ao tema em apreço nas observações apresentadas pela ora reclamante, o órgão competente pela decisão de contratar entendeu que, não podendo contrariar o prescrito pela Lei do Orçamento de Estado, deveria estabelecer como condição mínima para a prestação de serviços no lote 3 – Almancil, um efetivo humano constituído por 2 jardineiros e 1 encarregado/jardineiro, atribuindo neste subfactor de avaliação um ponto;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ

RS
A
B

- Decidiu ainda manter a discriminação positiva para as propostas que apresentassem um número superior de jardineiros, atribuindo nesses casos um valor máximo de 5 pontos para esse mesmo subfactor da avaliação;
- Ainda que tivessem a oportunidade prevista no Código dos Contratos Públicos, fato é que nenhum dos interessados voltou a questionar quer o júri, quer o órgão competente pela decisão de contratar, quanto a qualquer dos aspetos das peças do procedimento;
- As propostas submetidas foram por isso analisadas pelo júri nos termos do art.º 70.º do Código dos Contratos Públicos;
- Dessa análise resultou um relatório preliminar, que como o próprio nome indica é isso mesmo: preliminar ("substantivo masculino: aquilo que precede e prepara");
- Pela sua definição gramatical, percebe-se de imediato, a não ser que assim não se queira, o seu objetivo: o de submeter à apreciação dos interessados o seu conteúdo para que, querendo, se pronunciem;
- Por isso, tão ou mais importante que a própria legislação que assim o obriga, tão bem citada e enumerada pela ora reclamante, está o dever dos valores maiores a que todos estamos sujeitos, muito especialmente a Administração Pública e especificamente este júri;
- A ora reclamante observou no relatório preliminar do júri 26 pontos que lhe mereceram destaque;
- Em pelo menos 17 desses 26 pontos, a ora reclamante em alguns insinua, noutros tantos afirma, que o júri do procedimento violou a legislação em vigor, desde o Código dos Contratos Públicos, passando pelo Código do Procedimento Administrativo, até à Constituição da República Portuguesa;
- A assim ser, sob o mais elementar dever de cidadania, deverá a ora reclamante agir em conformidade, e não se limitar a chamar a si a adjudicação da sua proposta, sob pena de poder questionar-se os seus verdadeiros objetivos: o de fazer valer a Lei, ou o meramente comercial de fazer valer uma adjudicação a todo custo;
- Não poderia por isso o júri deste procedimento refutar de forma absolutamente vincada toda e qualquer insinuação e acusação plasmada nas observações da ora reclamante quanto à violação da legislação em vigor, dos valores éticos e dos seus princípios basilares;
- É irrefutável o escrupuloso cumprimento do estabelecido pelos Valores, Princípios, Legislação e Regulamentação em vigor!
- Não obstante outros, não poderia o júri do procedimento deixar de salientar alguns aspetos das observações submetidas, como por exemplo:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ

[Handwritten signatures and marks]

- Das 8 propostas ordenadas no relatório preliminar, apenas são observadas e pedidas a exclusão das 3 primeiras, curiosamente aquelas posicionadas imediatamente à frente da proposta apresentada pela ora reclamante;
- Terá sido porventura lapso de não referir observações às restantes propostas, potencialmente nas mesmas circunstâncias das demais, tão pouco as relativas aos outros lotes;
- Não irá o júri do procedimento interpretar tal lapso com o facto de ser a exclusão dessas, e somente dessas, aquilo que potenciaria a adjudicação à proposta por si apresentada;
- Não menos importante para quem tão bem conhece a legislação aplicável em vigor, terá sido certamente mais um lapso da ora reclamante afirmar que teria sido o "júri do concurso", denominado de júri de procedimento no CCP, quem teria "alterado (diminuído) o efetivo mínimo...";
- Ora como tão bem saberá a ora reclamante, não compete ao júri do procedimento tal alteração, mas sim ao órgão competente pela decisão de contratar;
- Insinuações, acusações e lapsos realçados, cabe sim ao júri esclarecer quanto às suas conclusões plasmadas no relatório preliminar por si elaborado;
- O preço base é definido seguindo aquilo que são os valores de mercado, em estrito cumprimento daquilo que é estabelecido pela Lei do Orçamento de Estado;
- Os critérios de adjudicação são definidos nos termos do estabelecido pelo Código dos Contratos Públicos, neste caso em concreto, considerando da sua alínea a) do n.º 1 do art.º 74.º, isto é, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante;
- Para tal decidiu a entidade adjudicante densificar os critérios de adjudicação com dois fatores elementares: o preço e os meios humanos;
- Denota assim a entidade adjudicante que a quantidade de meios humanos alocados à prestação de serviços a contratar está diretamente ligada à sua boa execução;
- Por essa mesma razão, considerando os aspetos técnicos e cada um dos locais a manter conforme descritos nas peças do procedimento para o lote em apreço, entendeu a entidade adjudicante que, no mínimo, o adjudicatário deveria ter 2 jardineiros e 1 encarregado/jardineiro;
- Para este fator elementar, decidiu a entidade majorar a sua avaliação para as propostas que apresentassem 3 jardineiros e 1 encarregado/jardineiro, ou mais;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ

RA
A
B

- As peças do procedimento são perfeitamente esclarecedoras quanto ao objeto do contrato: "Contratação de serviços de manutenção de espaços verdes no Município de Loulé";
- Prova disso foi a ausência de pedidos de esclarecimentos ou apresentação de listas de erros e omissões relativas ao objeto do contrato;
- Não se trata pois de um contrato que tenha por objeto ou objetivo a contratação de pessoas, em qualquer das suas modalidades possíveis;
- Mas é sim um dever ético, moral, legal e regulamentar na prossecução do interesse público, a entidade adjudicante zelar pelos meios que tem ao seu alcance, que os trabalhadores que lhes presta serviços estão ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita ao Código do Trabalho;
- Não compete a Entidade Adjudicante a gestão dos recursos humanos do adjudicatário. Compete sim garantir que, para a execução da prestação de serviços contratada, o adjudicatário tem os meios materiais e humanos necessários e adjudicados;
- Pela natureza e objeto do contrato não é expectável que os meios humanos do adjudicatário estejam em funções para a sua execução durante 40 horas semanais;
- Disso parecem não ter restado dúvidas aos concorrentes, caso contrário sobre esse tema teriam atempadamente apresentado os seus pedidos de esclarecimentos;
- Cabe pois às entidades patronais a gestão global de todos os seus projetos, com a consequente afetação e distribuição de custos;
- Ao afirmar que todas as propostas submetidas a concurso, com exceção da própria proposta da reclamante, violam os princípios da concorrência, indicando, entre outras, a prática de dumping, parece ao júri um exercício forçado para que a adjudicação recaia sobre a mesma, se não vejamos;
- A reclamante indica que os meios humanos das restantes propostas têm um custo superior ao preço contratual;
- Para além do acima exposto no que se refere à afetação e distribuição de custos, seguindo a mesma lógica aplicada aos meios humanos, não deveriam ser igualmente considerados os custos relativos à aquisição e manutenção dos meios materiais?
- Tal como acima exposto para os meios humanos, também para os meios materiais entende o júri que compete ao adjudicatário e a mais ninguém a sua afetação e distribuição de custos, análise de investimento e gestão empresarial;
- Mas a reclamante vai ainda mais longe reiterando as suas justificações para a apresentação de um preço considerado anormalmente baixo;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

RS
★
B

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ

- Justificam o baixo custo dos meios humanos propostos pela contratação dos mesmos ao abrigo da “medida estagio-emprego” do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Considerando que tais contratações padecem de aprovação do referido Instituto, considerando ainda que a tramitação do processo que conduza a tal aprovação, ou rejeição, da referida medida pode demorar largos meses, estará a reclamante em condições de garantir a boa execução do contrato imediatamente após a sua redução por escrito?
- Tal como exposto pela reclamante na sua proposta, a referida medida consiste em “estágios com duração de 9 meses”;
- É igualmente exposto na proposta da reclamante que “considera-se estágio o desenvolvimento de uma experiencia prática em contexto de trabalho, que não pode consistir na ocupação do posto de trabalho”;
- Tendo o contrato a celebrar a duração de 16 meses, qual será a sustentabilidade do mesmo findo os 9 meses que ditam o preço mais baixo na proposta apresentada?
- Ainda nas suas observações, reiterando e justificando a apresentação de um preço considerado anormalmente baixo, indica a reclamante que aquele que desempenhará as funções de encarregado tem a mesma base remuneratória daquele que desempenhará a função de jardineiro. É sabido que nas tabelas salariais existem distinções nas categorias e profissões, terá sido lapso da ora reclamante, ou a proposta não apresenta de facto qualquer encarregado tal como exigido pelo caderno de encargos?
- Considera por fim o júri que as observações apresentadas pela reclamante, que tem por objetivo final a exclusão de todas as propostas ordenadas imediatamente acima da sua, recaindo-lhe se assim fosse a adjudicação à sua proposta, que a análise apresentada pela mesmo padece de coerência, confirmado que a sua adjudicação, nos termos da sua própria análise, poria em risco o interesse público e a boa execução do contrato, se não vejamos:
 - O preço base (mensal) para o lote em apreço é de 2.974,50€;
 - A proposta submetida pela reclamante apresenta um valor de 2.374,00€;
 - Afirma a reclamante que esse valor resulta das retribuições aos meios humanos que totalizam 2.163,63€;
 - Restam assim, tal como exposto pela própria, 210,37€;
 - Contudo a reclamante não contempla nas suas observações os restantes custos, diretos e indiretos, tangíveis e intangíveis, associados a execução do

[Handwritten signatures and initials in purple ink]

contrato nos termos exigidos pelo caderno de encargos e vertidos na sua proposta;

- Exemplo disso são os meios administrativos, os meios e equipamentos materiais, os transportes e mesmo a subcontratação para a aplicação dos produtos fito farmacêuticos à empresa subcontratada Pragalgarve;
- Ora, seguindo o mesmo raciocínio da reclamante para a sua análise, 210,37€ deveriam ser o suficiente para fazer face a todos esses custos, bem como para a obtenção de lucro, objetivo último das empresas;
- Não parece correto.

Assim como não parece correta a análise da reclamante, pelo que o júri do procedimento entende não dar provimento à sua proteção de excluir todas as propostas ordenadas imediatamente acima da sua, com o objetivo único de fazer recair sobre si própria a adjudicação do procedimento em apreço.

5. Propostas

5.1 Ordenação dos Concorrentes e Adjudicação

Mediante o atrás exposto, o júri do concurso mantém a ordenação das propostas apresentadas no relatório preliminar, a qual se indica no quadro II.

Assim, mantêm-se o proposto no relatório preliminar, ou seja, a adjudicação do contrato da contratação de serviços de manutenção de espaços verdes no Município de Loulé, da seguinte forma:

Lote 1 - Loulé

Concorrente n.º 6 – ECOAMBIENTE, S.A. / C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPESSOAL, Lda., pelo valor de 61.025,44€ (sessenta e um mil e vinte e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) nos termos da proposta apresentada.

Lote 2 - Quarteira

Concorrente n.º 6 – ECOAMBIENTE, S.A. / C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPESSOAL, Lda., pelo valor de 12.800,00€ (doze mil e oitocentos euros) nos termos da proposta apresentada.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ

Lote 3 - Almancil

Concorrente n.º 06 – ECOAMBIENTE, S.A. / C.S.D. – ESPAÇOS VERDES, UNIPESSOAL, Lda., pelo valor de 38.073,76€ (trinta e oito mil e setenta e três euros e setenta e seis cêntimos) nos termos da proposta apresentada.

Lote 4 – Interior

Concorrente n.º 9 – MARTINS GAGO & Filhos, Lda., pelo valor de 23.088,00€ (vinte e três mil e oitenta e oito euros) nos termos da proposta apresentada.

Loulé, 23 de março de 2017

O JÚRI

O Presidente

(Pedro Miguel Gonçalves Ventura)

1.º Vogal Efetivo

(Anabela Afonso Ribeiro Martins Camilo)

2.º Vogal Efetivo

(Célia Fernandes Brás)